

PEDAGOGIA EM AMBIENTE NÃO ESCOLARES: A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO CENTRO ESPECIALIZADO EM AUTISMO DE CAMETÁ (CEAC)

Mateus Sales Pantoja¹; Profa. Me. Letícia dos Santos Furtado²

¹Graduando do curso de Pedagogia pela UFPA, Campus / Cametá, Pará. Brasil, salesmateus2002@gmail.com.

² Professora Mestra em Educação atuando na Faculdade de Educação/Campus universidade do Tocantins/Universidade Federal do Pará- UFPA, leh.ticiasantos15@gmail.com

RESUMO

O presente artigo analisa a atuação do pedagogo em centros especializados em Transtorno do Espectro Autista (TEA), com ênfase no Centro Especializado em Autismo de Cametá (CEAC). A pesquisa qualitativa, conduzida em 2024 e 2026, baseou-se em entrevista semiestruturada com duas pedagogas que atuam no CEAC e também na revisão bibliográfica sobre práticas pedagógicas adaptadas. Os resultados destacam o emprego de materiais visuais e concretos, rotinas estruturadas e intervenções personalizadas baseadas em Análise Comportamental Aplicada (ABA) e TEACCH para promover o desenvolvimento cognitivo, social e emocional. Conclui-se que a pedagogia em ambientes não escolares fortalece a formação docente e favorece a inclusão social de indivíduos com TEA, porém a mesma perpassa de alguns desafios que são enfrentados na instituição.

Palavras-chave: Pedagogia. Transtorno do Espectro Autista. Centro especializado. Inclusão educacional. Formação docente.

1. INTRODUÇÃO

A pedagogia em ambientes não escolares refere-se à prática educacional que ocorre fora do contexto tradicional de salas de aula. A pedagogia em ambientes não escolares surge motivada pelo aumento da incidência do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e pelas limitações do ensino regular em atender necessidades específicas. Centros especializados como o CEAC, localizado em Cametá-PA, suprem lacunas existentes, justificando a análise de práticas pedagógicas adaptadas, conforme preconiza a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) envolve déficits persistentes em comunicação social e padrões repetitivos de comportamento, afetando o aprendizado devido a dificuldades sensoriais e de foco. O estudo de Ferreira e Silva (2018) confirma esses aspectos e valida

intervenções visuais precoces, como sistemas de comunicação visual e schedules, em contextos educacionais brasileiros, destacando desafios regionais como escassez de recursos materiais e falta de capacitação docente em áreas com desigualdades socioeconômicas. Isso leva a refletir sobre qual o papel do pedagogo no Centro Especializado em Autismo de Cametá (CEAC) e qual o impacto real do centro na inclusão social e educacional de pessoas com autismo na região?

A metodologia é um estudo de caso, pois segundo Yin (2018) o estudo de caso permite investigar fenômenos complexos em contextos reais, como o papel do pedagogo em ambientes não escolares, sem generalizações amplas. A pesquisa é de cunho qualitativo com a utilização de entrevista semiestruturada com a pedagoga do CEAC, análise de conteúdo temático e revisão sistemática de literatura. A pesquisa foi realizada em Cametá-PA, em 2024 e em 2026, com observância de princípios éticos e obtenção de consentimento informado. Foi realizada uma discussão sobre o papel do pedagogo em ambientes não escolares, particularmente no centro especializado em autismo, de como esse(a) profissional assume uma importância vital em nosso contexto educacional atual.

O objetivo deste artigo é analisar a atuação do pedagogo no ambiente não escolar, discutir a relevância dos centros especializados em autismo e examinar a abordagem pedagógica que esses centros utilizam. Ao explorar práticas pedagógicas focadas em ambientes não escolares, busca-se destacar como essas estratégias podem ser fundamentais na facilitação do aprendizado e da integração social de indivíduos com TEA, proporcionando suporte essencial em diversas fases de suas vidas.

2. CARACTERÍSTICAS DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

2.1 Compreensão do TEA: sintomas, diversidade de apresentações e desafios

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por desafios na interação social, na comunicação e por padrões restritos e repetitivos de comportamento. O DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 2013) define o TEA com base em um espectro amplo, ou seja, as pessoas diagnosticadas apresentam graus variáveis de sintomas e necessidades de suporte, que podem ir desde o nível 1 (mais leve) até o nível 3 (mais severo), com diferentes níveis de impacto na vida cotidiana.

A diversidade de apresentações do autismo significa que os sintomas podem variar amplamente. Enquanto algumas pessoas com TEA conseguem desenvolver habilidades verbais

e sociais funcionais, outras apresentam dificuldades severas de comunicação e comportamento. Além disso, muitos indivíduos com TEA possuem comorbidades, como Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Transtorno Opositor Desafiador (TOD), o que aumenta a complexidade do tratamento (Brasil, 2013).

De acordo com a pedagoga do centro especializado, “a maioria tem justamente comportamento, interação social e comunicação... Às vezes eles não são verbais ou são verbais”. Isso demonstra a variabilidade e os desafios que o TEA traz, o que requer um olhar pedagógico atento para identificar as necessidades específicas de cada criança. A importância de uma avaliação individualizada, chamada de anamnese, é crucial, como ela explica: “A gente faz esse diagnóstico para poder traçar uma atividade para ele”.

2.2 Impacto do autismo no aprendizado e desenvolvimento

O impacto do TEA no aprendizado é significativo e depende de vários fatores, incluindo o grau de severidade dos sintomas e o suporte disponível. Crianças com TEA enfrentam desafios como dificuldades de concentração, sensibilidade a estímulos sensoriais e interação social limitada, o que afeta diretamente seu desempenho escolar. De acordo com estudos, a capacidade de uma criança autista de adquirir conhecimento está profundamente ligada à maneira como ela processa informações sensoriais e à sua habilidade de se concentrar em atividades específicas (Martins; Mendes, 2020).

A pedagoga reforça essa questão ao mencionar que “eles são muito visuais, cores... preciso estar trabalhando com cores, formas e concreto e números”. Essas adaptações visuais e concretas são essenciais para o processo de aprendizagem de crianças com TEA, especialmente para aquelas que têm um nível de suporte maior e dificuldades motoras ou de foco. Isso está de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que destaca a necessidade de garantir que o ambiente educacional seja acessível e adaptado às particularidades do aluno.

Além disso, crianças com TEA muitas vezes apresentam dificuldades em ambientes escolares tradicionais, onde o formato de ensino padronizado não atende suas necessidades individuais. Segundo a pedagoga, enquanto algumas crianças conseguem “sentar e focar em uma tarefa”, outras precisam de mais adaptações, como materiais concretos e atividades sensoriais para manter a atenção. Isso ilustra como o desenvolvimento de um plano pedagógico individualizado é vital para o sucesso educacional desses alunos.



3. O AVANÇO E A IMPORTÂNCIA DOS CENTROS ESPECIALIZADOS NO BRASIL

Os primeiros serviços especializados em TEA no Brasil surgiram de forma fragmentada e isolada durante a década de 1970, geralmente vinculados a universidades ou iniciativas não governamentais que buscavam oferecer atendimento diferenciado para crianças com desenvolvimento atípico. A Universidade de São Paulo (USP) foi pioneira na criação de serviços de atendimento e pesquisa sobre o autismo nesse período, estabelecendo protocolos de diagnóstico e intervenção que serviram de modelo para futuras iniciativas em todo o país. Durante a década de 1980, o movimento de pais e familiares começou a se organizar de forma mais estruturada no Brasil. A Associação de Amigos do Autista (AMA), fundada nesse período, tornou-se uma das organizações mais importantes na luta pelos direitos das pessoas com TEA, oferecendo serviços de diagnóstico, intervenção e suporte familiar que supriram lacunas deixadas pelo Estado por décadas.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o princípio da prioridade absoluta para crianças e adolescentes, garantindo direitos fundamentais como vida, saúde, alimentação e educação, criando bases para políticas públicas baseadas em direitos. Em 1989, o Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança, reforçando que crianças com deficiência têm direito a uma vida plena, com dignidade, autonomia e participação comunitária. A Política Nacional de Educação Especial (1994) definiu a educação especial como modalidade transversal, executada preferencialmente na rede regular de ensino, estabelecendo diretrizes para atendimento de estudantes com necessidades especiais, incluindo TEA.

A Lei nº 10.216/2001, que instituiu a Política Nacional de Saúde Mental, representou um avanço ao estabelecer princípios de desinstitucionalização e atenção comunitária que influenciaram o desenvolvimento de serviços para crianças e adolescentes com TEA, incluindo a criação dos Centros de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenis (CAPSi). Em 2007, o TEA foi incluído na Lista de Doenças e Agravos de Notificação Compulsória, permitindo o mapeamento da prevalência e distribuição geográfica dos casos. A ONG Autismo e Realidade, fundada em 2000, tornou-se referência em programas de capacitação e atendimento.

O marco legal mais significativo foi a Lei nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana), que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, reconhecendo-o como deficiência e garantindo direitos ao diagnóstico precoce, tratamento multidisciplinar e educação inclusiva. O Decreto nº 8.368/2014 regulamentou essa lei no âmbito do SUS, determinando a criação de serviços especializados. A Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de

Inclusão) reforçou o arcabouço legal com direitos transversais em educação, trabalho, habitação e acesso a serviços.

Os centros especializados em TEA são fundamentais para garantir diagnóstico precoce, intervenção multidisciplinar e acompanhamento contínuo às pessoas com transtorno do espectro autista. Esses serviços permitem identificar os sinais do TEA nos primeiros anos de vida, proporcionando melhores resultados no desenvolvimento das crianças (Schwartzman, 2003). Além do atendimento direto, os centros oferecem suporte às famílias e contribuem para a formação de profissionais especializados. Assim, constituem instrumentos essenciais para a promoção da inclusão social e a efetivação dos direitos das pessoas com TEA e suas famílias.

3.1 A atuação do Centro Integrado de Autismo em Cametá

Figura 1: Registro do CEAC



Fonte: Acervo do autor 1

Em 2022, localizado no município de Cametá, no Estado do Pará, foi inaugurado o Centro Especializado em Autismo (CEAC), também conhecida carinhosamente como Casa Azul, referência no tratamento de autismo, na região do Baixo Tocantins. Criado a partir da mobilização de mães e familiares que enfrentavam sérias barreiras para obter cuidados especializados para seus filhos, o Centro Especializado em Autismo de Cametá nasceu do compromisso com a inclusão e do crescente anseio da comunidade por acompanhamento

qualificado e orientações profissionais. O espaço representa um ambiente acolhedor, dedicado ao crescimento e ao suporte integral.

A instituição conta com uma gama de profissionais como: Pedagogas especializadas, Fisioterapeuta, Psicólogo, Educador Físico e Terapeuta Ocupacional. Com aproximadamente 700 crianças cadastradas, o centro busca atender às necessidades específicas de cada uma, direcionando os profissionais conforme as demandas identificadas. O Centro disponibiliza atendimentos sob medida e altamente qualificados, voltados especificamente para crianças e adolescentes dentro do espectro autista, com o objetivo de potencializar suas capacidades e habilidades. Sua equipe é composta por especialistas comprometidos, que se dedicam a construir caminhos que favoreçam a independência e o bem-estar de cada indivíduo atendido.

4. O PAPEL DO PEDAGOGO, SUPORTE EDUCACIONAL E DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS E EMOCIONAIS

Neste tópico será apresentado sobre o papel do pedagogo no CEAC, o suporte educacional no CEAC direcionado pelas profissionais da educação, de como se dá esse processo e sobre o desenvolvimento das habilidades sociais e emocionais.

Segundo uma das pedagogas indagadas sobre o papel no CEAC, a mesma pontuou,

“o nosso papel no CEAC como pedagoga, ele atua em várias formas da especialização. No caso, eu atuo como especialista em neuropsicopedagogia. Aplicação em aba, especialista em aba, trabalho e manejo comportamentais das crianças com nível de suporte 2 e 3, que são os níveis que eu atendo aqui dentro do CEAC. As outras pedagogas, elas atuam em outras especialidades, como tecnologia, as outras mais a parte mesmo do comportamento cognitivo da criança”. (Pedagoga CEAC, Fevereiro, 2026)

A fala da pedagoga revela um papel especializado e diversificado dentro do Centro Especializado em Autismo (CEAC), onde ela atua como especialista em neuropsicopedagogia, utilizando a metodologia ABA (Análise Aplicada do Comportamento) para o trabalho e manejo comportamental de crianças com níveis de suporte 2 e 3, que correspondem aos casos de autismo que requerem maior suporte. É positivo observar que a profissional demonstra clareza sobre sua área de atuação e conhecimento sobre os níveis de suporte do TEA, além de reconhecer o trabalho das demais pedagogas que atuam em outras especialidades, como tecnologia e aspectos cognitivos comportamentais, o que indica uma compreensão do trabalho interdisciplinar.

O Centro Especializado em Autismo trabalha a parceria com outras áreas, como psicologia, terapia ocupacional e fonoaudiologia. Segundo a pedagoga do CEAC “*aqui no Centro, nós trabalhamos com Psicologia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional (TO). Então, cada área é específica, principalmente para o nosso público-alvo dos adolescentes, que é um pouco mais de risco*”. ((Pedagoga CEAC, Fevereiro, 2026)) Cada criança conta com um planejamento individualizado, seja educacional ou terapêutico, elaborado pela equipe técnica por meio de estudos de caso.

O plano considera uma tríade fundamental para o desenvolvimento social e educacional das pessoas com TEA. Os profissionais também oferecem suporte às famílias, ouvindo suas preocupações e direcionando-as a recursos comunitários. No ambiente escolar, atuam na inclusão adaptando o espaço e conscientizando a comunidade sobre o transtorno do espectro autista.

Em relação ao suporte educacional, a pedagoga pontua que:

As estratégias que nós usamos são com materiais adaptados e decorrente a cada comportamento que essa criança apresenta. A criança autista, ela não é comum, ela não é igual. Então, a cada dia, a cada momento, eles estão sempre apresentando comportamentos diferenciados, estereotípias diferenciadas. Então, essas nossas estratégias pedagógicas, elas sempre estão em constante inovação. (Pedagoga CEAC, Fevereiro, 2026)

A fala da pedagoga evidencia uma abordagem pedagógica que prioriza a individualização do ensino, reconhecendo que cada criança com transtorno do espectro autista (TEA) apresenta características únicas e comportamentos distintos que demandam respostas educativas específicas. A utilização de materiais adaptados demonstra uma preocupação com as necessidades sensoriais e cognitivas dessas crianças, o que está em consonância com as práticas educacionais baseadas em evidências (Baptista, 2005). É fundamental que o suporte educacional seja compreendido como um processo complexo e contínuo, que demanda paciência, persistência e compromisso ético com o desenvolvimento integral das pessoas com TEA. A fala da pedagoga demonstra consciência sobre esses aspectos e disposição para enfrentar os desafios, o que contribui para a efetividade do atendimento oferecido pelo centro.

A profissional destaca que o trabalho com crianças com TEA envolve manejo comportamental intensivo, com estratégias individualizadas que variam conforme o comportamento apresentado em cada sessão, visando reduzir estereotípias e comportamentos inadequados que dificultam a socialização. O CEAC trabalha com o "treino parental", transformando os pais em “co-terapeutas” que recebem instruções supervisionadas para dar continuidade ao trabalho em casa, permitindo a generalização das habilidades socioemocionais para o ambiente doméstico.

Ao longo dos anos, a pedagoga relata conquistas significativas: crianças não verbais passaram a falar, houve redução de comportamentos agressivos e disruptivos, e avanços na aceitação de rotinas e roupas, essenciais para a independência e socialização. No entanto, esses resultados foram alcançados a longo prazo, evidenciando que o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais no TEA requer paciência, persistência e intervenção contínua, além de enfrentar desafios relacionados às barreiras culturais de algumas famílias sobre a natureza do transtorno.

5. DESAFIOS E LIMITAÇÕES

A entrevista com a pedagoga do CEAC revela diversos desafios e limitações enfrentados no atendimento às crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Esses obstáculos permeiam desde a atuação profissional até a integração familiar e o acesso a recursos adequados.

Um dos principais desafios destacados refere-se à dificuldade de compreensão das famílias sobre a natureza do transtorno. A pedagoga afirma que *"nós temos muitos pais do interior"* e que *"o nosso maior desafio é com os pais que ainda não entenderam o que realmente é o autismo, especialmente devido às questões de crenças e cultura local"* (Pedagoga CEAC, Fevereiro, 2026). A profissional ilustra essa situação com um exemplo concreto, relatando o caso de um pai que pretendia levar a criança a um pastor porque acreditava que o comportamento era resultado de *"uma ferrada de arraia que a mãe teve quando tinha 7 meses de gravidez"* (Pedagoga CEAC, Fevereiro, 2026). Essa barreira cultural, mais acentuada entre famílias da zona rural, exige que o centro promova constantemente palestras e rodas de conversa com os pais. Conforme apontam Bento e Silva (2018), a família desempenha papel fundamental no sucesso das intervenções com pessoas com TEA, sendo necessário que os profissionais realizem um trabalho de orientação e capacitação parental constante.

A falta de recursos tecnológicos e de tecnologia assistiva constitui outro desafio significativo. A pedagoga reconhece que *"nós precisamos muito que existisse" esses recursos, mas enfrenta "uma certa dificuldade pela falta desse material"* (Pedagoga CEAC, Fevereiro, 2026). Há também a problemática do uso de telas, uma vez que muitas crianças apresentam hiperfoco em jogos digitais, o que pode desencadear crises quando utilizadas de forma inadequada. Nas escolas regulares de Cametá, a situação não é diferente, pois muitos professores não buscam a formação necessária para utilizar os recursos tecnológicos disponíveis.

A formação profissional contínua surge como outro desafio, pois, conforme destaca a pedagoga, *"a área da pedagogia precisa estar em constante aprendizado, em constante formação"* (Pedagoga CEAC, Fevereiro, 2026). A especialização do pedagogo na área de autismo é fundamental, mas nem todos os profissionais buscam essa atualização. A profissional enfatiza que *"se eu quero, tenho que buscar. Se eu quiser fazer o diferencial, tenho que buscar além do que está ao meu alcance"*. (Pedagoga CEAC, Fevereiro, 2026)

Embora o CEAC conte com equipe multidisciplinar integrada por psicologia, fonoaudiologia e terapia ocupacional, a pedagoga destaca a necessidade de ampliar essa equipe, principalmente pela falta de um profissional de psicomotricidade. Os próprios características do transtorno também representam desafios, pois cada criança apresenta comportamentos e estereotípias diferenciadas, exigindo estratégias pedagógicas em constante inovação e individualização do ambiente conforme as necessidades sensoriais de cada criança

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pedagogia em ambientes não escolares revela-se fundamental para a promoção do desenvolvimento integral de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Esses ambientes oferecem oportunidades únicas de aprendizado e socialização que vão além das limitações do contexto escolar tradicional. Em espaços como centros especializados em autismo, é possível aplicar abordagens pedagógicas personalizadas que atendem às necessidades específicas de cada indivíduo, favorecendo seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

A interação em ambientes não escolares permite que as pessoas com TEA experimentem novas formas de aprendizado, explorando suas habilidades em contextos diversos e significativos. A flexibilidade desses espaços facilita a implementação de práticas pedagógicas adaptadas, que podem incluir atividades lúdicas, sensoriais e colaborativas. Essas experiências não apenas ampliam o repertório de habilidades, mas também promovem a autoestima e a autonomia dos indivíduos.

O desenvolvimento integral da pessoa com TEA faz-se necessário pela prática do profissional pedagogo dentro desses espaços, que muitas vezes são mutilados pela carência de recursos e conhecimentos que devem ser viabilizados pelo sistema. Dessa forma, o que se propõe é que a Formação Continuada para esses profissionais e educadores, possam ser aplicadas por meio de programas de formação que preparem os pedagogos para atuarem com indivíduos com TEA em ambientes não escolares, incluindo uma formação teórica e prática

sobre as características do TEA, bem como metodologias pedagógicas inclusivas e adaptativas. E que dentro dessa perspectiva formativa, ele possa ter um olhar crítico e inclusivo através da construção de espaços de diálogo e colaboração entre as famílias, os educadores e a comunidade enriquecendo suas práticas pedagógicas, ainda que a construção de uma rede de apoio que compartilhe experiências entre os familiares, profissionais pedagogos e pessoas com TEA irá fortalecer cada vez mais o desenvolvimento social, cognitivo, comportamental e emocional de todos os envolvidos nesse processo. Outra vertente, de análise para suprir tais problemáticas que ainda existem nesse campo não formal seria a criação de programas que considerem as particularidades de cada indivíduo, incluindo a elaboração de planos de intervenção individualizados que contemplem interesses e habilidades específicas, favorecendo um aprendizado mais significativo.

A pedagogia em ambientes não escolares desempenha um papel crucial no desenvolvimento das pessoas com TEA, dessa forma a colaboração entre famílias, profissionais e a comunidade é essencial para criar um suporte abrangente que potencialize o desenvolvimento das habilidades desses indivíduos. Ao reconhecer a importância desses ambientes, contribuimos para uma sociedade mais inclusiva e respeitosa, onde todos têm a oportunidade de aprender e crescer.

7. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

BAPTISTA, C. R. **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

BENTO, G. S.; SILVA, R. A. R. A importância da família no tratamento do transtorno do espectro autista. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, n. 2, p. 213-230, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Decreto nº 8.368, de 23 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 dez. 2014. Seção 1, p. 32.

BRASIL. Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 nov. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1999/d99710.htm.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 13 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jul. 2015. Seção 1, p. 2.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão** (Lei nº 13.146/2015). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 06 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.220, de 12 de junho de 2007. Inclui na Lista Nacional de Notificação Compulsória de Doenças e Agravos, o Transtorno Invasivo do Desenvolvimento. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jun. 2007. Seção 1, p. 50.

BRASIL. **Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

FERREIRA, A. L.; SILVA, M. A. Intervenções visuais para o Transtorno do Espectro Autista: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, n. 2, p. 123-136, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/2318-7115/2018v24n2a02>.

MARTINS, C. C.; MENDES, A. S. Autismo e Aprendizagem: Como as Escolas podem Ajudar? **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 25, n. 79, 2020.

SCHWARTZMAN, J. S. (org.). **Autismo e outros transtornos do desenvolvimento**. São Paulo: Memnon, 2003.

YIN, R. K. **Case study research and applications: design and methods**. 6. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2018.

Fontes entrevistadas:

ENTREVISTA realizada com a pedagoga no Centro Especializado em Autismo. Cametá, PA, 2024.

ENTREVISTA realizada com a pedagoga no Centro Especializado em Autismo. Cametá, PA 2026.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP